

Jornada trata do direito do paciente aos cuidados paliativos

Com o tema mundial *Meu cuidado, meu direito*, a VIII Jornada de Cuidados Paliativos promoveu mesas de discussão e palestras sobre assuntos como políticas públicas na área, ética e acesso a opioides no Brasil. O evento, realizado no dia 1º de novembro no auditório Moacyr Santos Silva, no prédio-sede do INCA, foi encerrado pelo coral Paliando e Cantando, formado por profissionais do HC IV.

O encontro faz alusão ao Dia Mundial de Cuidados Paliativos, uma data de ação unificada para comemorar e apoiar a prática em todo o mundo. Na abertura, a diretora do HC IV substituta, Luciana Aparecida Faria de Oliveira, destacou que os cuidados paliativos são um direito humano. “Oferecê-los é dar dignidade, sentido e voz ao paciente e a sua família no momento mais frágil da vida”, disse.

Representando a Direção-Geral, o coordenador de Assistência, Gelcio Mendes, ressaltou o reconhecimento



O palestrante Neulânio Francisco mostrou dados recentes sobre a especialidade no Brasil

da especialidade pela Comissão Intergestores Tripartite, por meio da resolução nº 41, de 2018, que estabelece diretrizes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele também frisou a importância de uma abordagem multiprofissional e de uma visão ampla da prática: “Os cuidados paliativos podem começar antes do diagnóstico, com o tratamento de sinais e sintomas, e terminar com o acompanhamento da família”.

Neulânio Francisco, da Academia Nacional de Cuidados Paliativos, apresentou dados recentes sobre a especialidade: das 177 unidades que oferecem este tipo de cuidado no Brasil, 117 atendem pacientes do SUS. E apenas 38 (o que inclui o HC IV) têm atendimento pediátrico. Segundo o médico, existe uma concentração de serviços no eixo Sul-Sudeste. O palestrante também defendeu que haja mais entendimento da especialidade no ambiente domiciliar.

Seminário aborda desospitalização e cuidado integral no tratamento

O Seminário da Câmara Técnica de Desospitalização do INCA, realizado no dia 27 de novembro, no auditório do HC II, trouxe cinco apresentações de pesquisadores da área. O evento, organizado pelo Serviço Social da unidade, teve por objetivo apresentar o conceito e a legislação que tratam da desospitalização, refletindo sobre a rede de atenção em saúde, a integralidade das ações e os dilemas e desafios da assistência, especificamente a relacionada às doenças crônicas não transmissíveis.

Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e líder do grupo de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sobre Práticas de Integralidade em Saúde, Roseni Pinheiro ressaltou que um bom suporte durante a internação e um atendimento eficiente no ambulatorio são medidas que evitam a permanência do paciente no hospital por mais tempo que o necessário, assumindo o cuidado como valor



Roseni Pinheiro defendeu uma visão abrangente do processo: “Não é apenas desocupar leitos”

de responsabilidade coletiva. “Desospitalizar não é apenas desocupar leitos”, frisou a palestrante.

O termo “desospitalização” retoma o contexto da luta antimanicomial na área da Psiquiatria, na perspectiva de articular as ações da rede de serviços em consonância com as necessidades da população usuária. Dessa forma, a temática precisa ser pensada de forma mais abrangente, dentro dos preceitos de integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Foram abordados no evento a desospitalização em cuidados paliativos, os desafios do tema dentro da Oncologia e a articulação da rede para desospitalização de pacientes com dependência tecnológica. Da mesa de debate, participaram representantes da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS/RJ), do Instituto Fernandes Figueira (IFF), INCA e Hospital Federal Cardoso Fontes, com mediação da Psicologia do HC II.